

## A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O APRENDIZADO GEOGRÁFICO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Vanessa Manfio<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Licenciada, mestre e doutora em Geografia, com um período de intercâmbio na Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (Vila Real-Portugal). Atualmente, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [vanessamanfio@yahoo.com.br](mailto:vanessamanfio@yahoo.com.br) – Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-0405-5389>

Artigo recebido em 14/08/2019 e aceito em 03/02/2020

**RESUMO:** A avaliação escolar é uma etapa fundamental dentro do processo de ensino, pois através dela se aprecia e examina o aprendizado dos alunos. Por isso, neste artigo buscou-se discutir a avaliação escolar, refletindo a posição teórica de alguns pesquisadores sobre o assunto, para contribuir com a temática, possibilitando avanços na educação, e, sobretudo no Ensino de Geografia. Na Geografia a realidade e a prática devem ser valorizadas no contexto avaliativo, associado com os conceitos e fenômenos tratados por esta ciência. Para alcançar o objetivo proposto utilizou-se a abordagem bibliográfica, partindo da análise de leituras, interpretação e confronto de ideias de autores reconhecidos nesta área do conhecimento. Assim, com o presente estudo foi possível reconhecer que a avaliação escolar precisa mediar, ser crítica, planejada e dialogada, se concretizando, ao longo do processo de ensino, na sua totalidade, para favorecer o aprendizado.

**Palavras-chave:** Avaliação escolar; Ensino-aprendizagem; Geografia.

## SCHOOL ASSESSMENT AND GEOGRAPHICAL LEARNING: A NEEDED REFLECTION

**ABSTRACT:** School assessment is a fundamental step in the teaching process, because it evaluates and examines students' learning. Therefore, this article sought to discuss school evaluation, reflecting the theoretical position of some researchers on the subject, to contribute to the subject, enabling advances in education, and especially in the teaching of geography. In geography, reality and practice should be valued in the evaluative context, associated with the concepts and phenomena treated by this science. To achieve the proposed objective, the bibliographical approach was used, starting from the analysis of readings, interpretation and confrontation of ideas from recognized authors in this area of knowledge. Thus, with the present study it was possible to recognize that school evaluation needs to mediate, be critical, planned and dialogued, materializing, throughout the teaching process, in its entirety, to favor learning.

**Keywords:** School assessment; Teaching and learning; Geography.

## **1. INTRODUÇÃO**

A educação é uma questão importante que vem gerando discussões, desde tempos remotos, pois, os grandes filósofos da antiguidade, já discutiam a educação proposta na sociedade e nas instituições. No entanto, atualmente a pedagogia escolar vem sendo foco crescente de estudos realizados por pesquisadores preocupados com o processo de ensino-aprendizado. Ainda mais quando se considera que a revolução das telecomunicações e internet trouxeram uma ruptura e crise educacional. O ensino tradicional, pregado nas escolas, aquele de decorar conceitos em sala de aula sob a orientação do professor, ficou fadado ao fim, já que os alunos não respeitam mais este tipo de aprendizagem e nem se interessam em aprender neste contexto didático.

Neste sentido, a avaliação escolar que é uma ferramenta do ensino, também passa a ser vista com outros olhos pedagógicos. Aquela avaliação classificatória, regida por provas e exames, que marca a quantificação dos erros, torna-se uma prática questionada, pois não demonstra os reais avanços na aprendizagem, além de não contribuir para melhorar o aprendizado, apenas aponta os erros apresentados pelos alunos ao resolverem problemas. Para tanto pedagogos e pesquisadores em educação discutem a avaliação escolar, reconhecendo que maneira correta de avaliar é pela forma qualitativa: de registro e observação, ao longo de todo percurso escolar e acadêmico - um verdadeiro acompanhamento do aluno em sua trajetória de ensino-aprendizado.

Diante disso, o presente artigo buscou analisar as abordagens da avaliação escolar, buscando reconhecer os principais pontos tratados por diferentes autores da área educacional, estabelecendo relações e discussões com o ensino de Geografia e as formas avaliativas da aprendizagem em sala de aula.

A realização do presente estudo foi pautada na revisão de literaturas, envolvendo a avaliação escolar e a Geografia. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Este é um estudo bibliográfico com alicerce nas considerações de importantes referenciais teóricos dentro do contexto da educação e da ciência geográfica, entre eles destacam-se: Castrogiovanni (2007), Demo (1999), Freire (1996), Kaercher (1996), Hoffmann (1998, 2010), Libâneo (1994) Luckesi (2000 e 2006), Macedo (2005), Oliveira (2003), Rabelo (1998), Silva (2014), Vasconcellos (2003), Weisz (2009), Zabala (1998) e Zambone (2012).

De posse destas leituras é possível compreender, interpretar e confrontar as ideias dos autores para construir o estudo proposto, partindo da abordagem qualitativa dos materiais. Assim, a pesquisa teórica serviu para aprofundar as discussões sobre a avaliação escolar e a sua relação com o aprendizado geográfico.

Nesta perspectiva, o presente artigo, espera-se contribuir para os avanços no pensamento sobre a avaliação escolar, especialmente no âmbito da Geografia, que é uma ciência do cotidiano, da relação sociedade e natureza. Por isso a avaliação escolar geográfica necessita de meios diversos e práticos de produzir o conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem.

Por fim, é importante discutir a educação, sobretudo, a avaliação, a fim de criar novas reflexões e práticas pedagógicas para integrar os alunos e permitir que os alunos sejam cada vez mais participativos em sua produção intelectual e social.

## **2. REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO**

A avaliação escolar foi, por muito tempo, tratada como um instrumento de classificação dos alunos, reconhecendo os aprovados e reprovados no conteúdo e/ou na disciplina. Para Luckesi (1994), a avaliação praticada nas escolas é uma avaliação de culpa e as notas utilizadas para classificar os alunos, comparando desempenhos, além de ser uma relação autoritária e conservadora, que permite ao professor manter a disciplina e a atenção dos alunos, não privilegia os meios para que o aluno alcance o aprendizado. A nota se tornou o mais importante elemento da avaliação, ela fornece informações, mas também marginaliza os níveis de competência do aluno, criando somente uma cultura da nota (RABELO, 1998).

Esse modelo avaliativo, porém ficou obsoleto e ultrapassado no ensino contemporâneo, sendo a avaliação vista pelas novas concepções pedagógicas como um mecanismo para que o professor perceba como está o andamento do desenvolvimento dos alunos, tecendo contribuições para que todos educandos possam avançar no processo de ensino-aprendizagem. Porém, em muitas escolas brasileiras ainda prevalece à noção tradicional de avaliação.

Logo, as discussões sobre avaliação escolar são importantes para se pensar como o aluno é ensinado e qual o real aprendizado. Pois, a tradicional forma de avaliar os alunos, por vezes,

pode mascarar o ensino, porque se torna um ato mecânico do aluno decorrer o conteúdo para prova e não mostrar o seu potencial (LIBÂNEO, 1994; LUCKESI, 1997).

Segundo Duarte (2015, p. 55), “avaliar vem do latim *avalere*, que significa atribuir valor e mérito ao objeto de estudo”. Ainda, “a avaliação é um ato pedagógico” (LIBÂNEO, 1994, p. 203). Para Hoffmann (1998, p. 13), “a avaliação é acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno. Não é uma ação de julgamento”. A avaliação é uma reflexão do desenvolvimento intelectual do aluno, que não pode ser estática ou classificatória, ela deve ser transformatória e emancipatória, reconhecendo o erro e criando novos caminhos para o acerto (HOFFMANN, 2010).

Ainda, a avaliação da aprendizagem deve ser um ato amoroso, acolhedor, interativo e inclusivo, ou ainda um ato de diagnóstico que qualifica e orienta novas possibilidades (LUCKESI, 1994). Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Brasileiros constatam que a avaliação é um indicador para orientar a prática educacional, exigindo a observação sistemática dos alunos para saber como e quanto eles estão aprendendo (PCNs, 1998).

Embora haja várias concepções para o conceito de avaliação, o que a maioria dos autores da Pedagogia Progressista reconhece é que a avaliação se faz diariamente e não apenas no final do processo de ensino. De acordo com Rabelo (1998, p.11), “avaliar é indispensável em toda a atividade humana e, portanto, em qualquer proposta de educação”.

A finalidade da avaliação é ser um instrumento de aprendizagem com o objetivo principal de dar oportunidade ao aluno a ampliar conhecimentos por meio de práticas educativas mais adequadas (ZABALA, 1998). Portanto, a avaliação faz parte de um planejamento de aula que parte de objetivos claros, de um processo permanente e cumulativo de ação (VASCONCELLOS, 2003).

No entendimento de Duarte (2015), a avaliação deve ter três funções básicas: a) a função diagnóstica que busca através da observação, diálogo e desenvolvimento de estratégias, o conhecimento da realidade; b) a função formativa, ações avaliativas que propiciam a formação contínua e sistemática do processo de ensino; c) a função somativa, uma análise donde são somados todos os elementos construtivos da avaliação.

Sobre a avaliação diagnóstica, Macedo (2005) diz que ela pode culpabilizar algo ou alguém por um efeito. Ela faz um diagnóstico da aprendizagem. Já a avaliação formativa é a avaliação final e integradora, envolvendo a compreensão de todo o percurso, permitindo novos reflexos e a retomada de intervenções (ZABALA, 1998). Este mesmo autor comenta

também sobre a avaliação seletiva que apresenta o seu foco nos resultados, tendo como sujeito os alunos, o referencial das disciplinas e o informe quantitativo.

Nesta linha, “a função da avaliação não é apenas observar criticamente uma situação passada, mas, sobretudo, ajudar a interferir ativamente em uma situação em curso ou que está sendo planejada” (MACEDO, 2005, p. 105). No âmbito da avaliação podem se destacar outras funções: selecionar, diagnosticar, antecipar, orientar, certificar e regular (MACEDO, 2005).

Pensando nestas funções e numa proposta de ensino de inserção do aluno, inúmeros pensadores aferiram conhecimentos sobre a avaliação. Um deles foi Paulo Freire, para ele a avaliação deve ser uma reflexão permanente do professor onde o ideal é que o aluno possa participar do processo. A avaliação deve ser libertadora (FREIRE, 1996). Já para José Eustáquio Romão (1999), a avaliação precisa ser medida pelo diálogo entre aluno e professor, uma descoberta coletiva, o que o autor chamou de avaliação dialógica.

Outra autora que trás uma contribuição fundamental para esta discussão é Jussara Hoffmann. Ela trata da avaliação mediadora, onde o processo deve ser feito por meio da reflexão, sobre os alunos, suas falhas e argumentos. A avaliação mediadora deve ter três tempos: tempo de admiração, da reflexão, e da reconstrução, buscando alternativas para autonomia moral e intelectual (HOFFMANN, 1998; HOFFMANN, 2010). Enquanto, para Pedro Demo (1999), avaliar é escalonar, mostrando escalas do aprendizado para fins pedagógicos classificando não puramente para atribuir uma nota, mas reconhecer o aprendizado. Ainda, a avaliação precisa ter funções de prognóstico (conhecimento prévio) e diagnóstico, reconhecimento da evolução do ensino (DEMO, 1999).

Neste percurso, Cipriano Luckesi também tece informações necessárias para se pensar a avaliação, considerando que ela precisa ser inclusiva e qualitativa, além de ter caráter participativo. Por outro lado, Ana Maria Saul (1991) trata da avaliação emancipatória, caracterizada por um processo de descrição, análise e crítica de uma realidade de aprendizado, marcada por métodos de diálogo, como: debates, observação, uso de entrevistas livres, análise documental. E, por fim, Philippe Perrenoud (1999) põe em discussão a avaliação por competências, que é contínua e diagnóstica, avaliando as competências técnicas, comportamentais e cognitivas dos alunos, ou seja, envolve conhecimentos, habilidades e atitudes, definindo ações para melhorar a performance dos alunos.

Dentro desse processo avaliativo deve existir uma relação entre os alunos e professor que é construído ao longo do tempo. Como afirma Perrenoud (1999), professor e aluno se envolvem no jogo complexo do ensino e a avaliação torna-se um momento importante do compartilhamento de saberes e dessa relação. A equipe pedagógica da instituição de ensino também deve acompanhar o processo de avaliação escolar, participando e oferecendo suporte constante ao professor (MONTEIRO, 2013). Ademais, a avaliação somente adquire significado quando vier junto com intervenções necessárias replanejando, orientando e descobrindo novos caminhos para consolidação dos avanços intelectuais do aluno (MONTEIRO, 2013).

Assim, a avaliação é um processo que caminha lado a lado com o aprendizado diário em sala de aula, cabendo ao professor analisar e observar os avanços dos alunos, no contexto escolar, em todas as aulas. Além disso, o professor precisa reconhecer que os alunos apresentam níveis de desenvolvimento cognitivo diferente, dessa forma, a avaliação deve abranger todos os alunos, e para isso precisa se pautar de inúmeros métodos de ensino e avaliação. Logo, a avaliação deve ser fundamentada nos critérios e objetivos que o professor busca compreender sobre o aprendizado do aluno (MANFIO; SEVERO; MEIER, 2014, p. 91).

É importante o profissional da área de educação compreender que no final de cada aula ou etapa do aprendizado o educando adquire maturidade e conhecimento intelectual. Como é reconhecido por Albert Einstein “a mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”.

Destarte, a avaliação somente terá sentido se acompanhar o início e o fim da aprendizagem de um determinado conteúdo ou habilidade. Conforme Weisz (2009, p. 94),

Tendo mapeado o conhecimento prévio dos alunos, nesta etapa de avaliação inicial, e pondo em prática as situações planejadas para levá-los a avançar, o professor passa a precisar de um novo instrumento para verificar como eles estão progredindo, já que o conhecimento não é construído igualmente, ao mesmo tempo e da mesma forma por todos. Este instrumento é a avaliação de percurso formativa ou processual, cujo intuito é acompanhar, feita durante o processo de aprendizagem.

Portanto, Libâneo (1994, p.195), afirma que a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. É importante que o docente crie e ajuste os procedimentos avaliativos, escolhendo os mais adequados aos seus objetivos e linguagem dos conteúdos tratados com os alunos, para que a avaliação estimule também a aprendizagem (GATTI, 2003).

Claro que é um terreno arenoso, complexo e difícil, porque a avaliação tem que ser participativa, mas não excludente de testes e tarefas, no entanto, estas devem ser parte de um todo, ou seja, de um processo de avaliar (HOFFMANN, 2010). Então, “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas (...). A avaliação assim cumpre funções pedagógica-didáticas” (LIBÂNEO, 1994, p. 216).

A avaliação precisa ser um gatilho no processo de ensino e que leve o aluno a se autodescobrir. Ela precisa ser algo dialético de trocas e diálogos e não uma imposição do sistema escolar. A avaliação deve ser qualitativa e quantitativa.

A avaliação efetiva faz parte da pedagogia construtivista, ela trabalha com três elementos: movimento-ação-construção, assim a vivência desses elementos irá construir o eixo de pensamento do aluno. Na contemporaneidade, aparecem outras questões envolvendo a avaliação, aparecendo à noção de autoavaliação e discussões do erro, que são medidas e permitem a participação do aluno dialeticamente na avaliação. Para Weisz (2009, p.89), “a discussão do erro assumiu um papel importante, nos últimos tempos, por motivos diferentes, a ideia do erro construtivo abriu um mundo desconhecido que fascinou a muitos de nós educadores”.

O aluno tem o direito de participar ativamente no que diz respeito da sua educação, não somente no ensino-aprendizagem, mas na avaliação escolar e no todo escolar, através de projetos e responsabilidades (PERRENOUD, 2000). Logo, a avaliação de conteúdos em sala de aula deve possibilitar que o aluno participe dialeticamente do processo avaliativo, engajado no ato de demonstração de seu desenvolvimento intelectual e moral.

Contudo, no ensino é importante fazer da avaliação o momento do aluno mostrar seus desempenhos, seu progresso, sua criatividade, sua habilidade em relação aos conteúdos tratados em sala de aula. Então, avaliar o ensino é também avaliar as ações e intervenção do mestre, pois ele rege o processo de avaliação. Em síntese, a avaliação deve ser pensada pelo coletivo, sendo sempre um desafio que busca a integração e a condução do ensino para uma aprendizagem efetiva, caracterizando-se por ser um processo longo e orientado por diversos mecanismos: ações, métodos e recursos.

### 3. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O APRENDIZADO GEOGRÁFICO

Pensar em avaliar um aluno não é um algo fácil, requer compreender todos os seus avanços intelectuais e comportamentais. No âmbito da Geografia, o ensino-aprendizagem necessita de uma avaliação concreta e dinâmica. Já que a Geografia objetiva o entendimento da relação natureza e sociedade, ou seja, o aluno é levado a perceber o espaço, o lugar, a paisagem, a região e o território – as categorias geográficas -, através do trabalho do homem e da natureza. Segundo Souza e Muterlle (2011, p. 3868-3869), “a definição de critérios de avaliação dos conteúdos de Geografia deve estar coerente com a discussão dos diferentes conceitos e/ou categorias de análise desta ciência de forma a garantir a compreensão das relações socioespaciais”.

Se a Geografia é uma ciência humana-ambiental que busca o entendimento do mundo e das transformações socioespaciais, “[...] cabe à geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza” (OLIVEIRA, 2003, p.142).

Além disso, a Geografia trabalha com a realidade, o cotidiano do aluno e os fenômenos em escala local, regional e global. Para Rua et. al. (2005, p.3) a Geografia “favorece uma maior integração entre o ambiente mais restrito do aluno e o mundo do qual faz parte”. Ainda, Kaercher (2003, p.11), diz que “a Geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente”. Complementa Soares (2013, p. 66) afirmando que “A Geografia deve incentivar o aluno a ler o mundo com olhar observador, desafiado e desafiador, buscando uma leitura plural da realidade para que se amplie o horizonte de conhecimento e análise do observador-leitor”.

Além disso, as práticas espaciais são idealizadas por intermédio de abstrações das operações mentais (tais quais: localizar, selecionar, distribuir, ordenar, posicionar, dentre outras), construídas pela relação cognitiva com a realidade e decodificadas pela mente do ser humano através de operações cerebrais em intermédio com apropriação dos conceitos estudados e compreendidos (MOREIRA, 2015). Assim, o aprendizado geográfico acontece pela complexidade que envolve cognição, realidade e conteúdo. Diante disso, forma-se o

raciocínio geográfico que se torna “numa maneira “poderosa” particular de olhar o mundo e compreendê-lo” (LUZ NETO, 2019, p.7).

Logo, o aprendizado é constante no ensino de geografia, e por sua vez a avaliação precisa completar esta dinamicidade. Uma avaliação do ensino de geografia não pode ser teórico-objetiva apenas, pois não completaria as etapas mentais do processo de ensino. Para isto, a Geografia Escolar abriga infinitos recursos didáticos que são práticos e permitem a interação entre realidade e conteúdo. Por exemplo, a criação de maquetes, mapas, mapas mentais, seminários, debates, trabalhos de campo. Estes recursos também servem para avaliar o aprendizado dos alunos.

Conforme Castrogiovanni (2007, p. 25), as práticas didáticas e avaliativas devem ser propostas de “[...] forma lúdica, inquietante que desperte a curiosidade, envolvendo o sujeito e transformando seu estado intelectual”. Quando um aluno é levado a mostrar seu aprendizado e potencial criativo em tarefas prazerosas, como as lúdicas (teatro, música, representação, construção de maquetes, outras), ele sociabiliza de forma autêntica e automática a sua relação com a realidade, com os conhecimentos prévios e com o conteúdo, sendo um sujeito participativo e interagindo no processo de ensino e na avaliação. E, por este meio, o professor não apenas motiva o aluno para avaliação, como obtém além dos conhecimentos geográficos, os artísticos e cognitivos. Pois, atrás de cada rabisco de desenho, ou encenação de fenômenos geográficos estão as habilidades dos alunos, ou seja, habilidades múltiplas que reforçam as competências de cada aluno no ensino escolar.

Porém, muitos professores são levados a utilizar provas e testes de múltipla escolha e dissertativa, no processo de avaliação do ensino de Geografia, pois existe a necessidade de ter notas quantitativas para os conselhos de classes e boletins escolares, assim os professores consideram as provas um instrumento possível de obter no mesmo instante o “quanto” o aluno aprendeu e a comprovação do quanto (ZAMBONE, 2012).

Por outro viés, como as aulas da Geografia, principalmente na escola de caráter Tradicional, têm sido marcadas pelas ações de: leitura e cópia do conteúdo, resolução de atividades e escuta do professor, com conhecimentos vazios e impostos pelo livro didático, a avaliação se dá no sentido de decorar conceitos e também conteúdos para serem reproduzidos na prova e logo depois é esquecido pelo aluno. Destarte, não será através da resolução de simples questões vazias ou copiadas da internet expostas numa prova que o aluno mostrará

suas habilidades e conhecimento. Colabora, com esta discussão, Rabelo (2010, p.242) afirmando que,

[...] a avaliação da aprendizagem em Geografia não pode ficar presa à verbalização dos conceitos, sem que estes estejam relacionados com outros, pois a aprendizagem efetiva só se torna possível a partir da compreensão dos fenômenos que fazem parte da realidade objetiva. Dessa forma, o aluno estará apto a resolver problemas não somente no âmbito escolar, mas também fora dele.

Além disso, a prova torna-se mais um elemento da aula desinteressante da disciplina de Geografia, pois o aluno tem o mundo em suas mãos, mas não pode aproveitá-lo para aprender e nem para mostrar seu conhecimento. Logo, faz-se necessário realizar uma análise sobre a prática avaliativa no ensino de geografia, principalmente em uma época de tantas transformações no cenário educacional, e pela proliferação dos meios de comunicação e do processo de globalização (SILVA, 2014).

Como foi dito anteriormente, a avaliação é um processo contínuo, organizado e instituído desde o início, das formulações do conteúdo trabalhado em sala de aula. Reconhecer o conhecimento prévio do aluno e o seu avanço intelectual é importante dentro de um contexto maior, ou seja, das habilidades e saberes que o aluno adquire com o tempo e a socialização em sala de aula, através da interação aluno-professor, aluno-conteúdo e aluno-aluno. Nesta linha, Manfio, Severo e Meier (2014, p. 94), mencionam que,

[...] o professor durante a avaliação, precisa utilizar o todo do processo de ensino para avaliar o educando, ou seja, o aluno dentro da sala de aula, sua experiência, sua participação, pois, mesmo que o mundo lá fora classifique de forma quantitativa, a escola básica deve preparar esses alunos para a vida e para a cidadania.

Assim como, o professor de Geografia deve trabalhar com diferentes linguagens como forma de elaborar observações, registros, descrições, representações de aspectos da natureza para proporcionar um processo avaliativo que contemple o ensino (SILVA, 2011). Ressalta ainda (2016, p.43), “Para que a avaliação na disciplina de Geografia sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades”. Então, a avaliação geográfica deve avaliar a condução e o aprendizado do aluno, contemplando a formação da cidadania e da vivência onde o aluno mostre que é transformador da sua realidade. Assim, o aluno tem que se conectar com o lugar, cotidiano e sociedade.

Além do mais, “Falar de avaliação comprometida com a aprendizagem remete-nos a pensar sobre a eficácia do processo de ensino” (RABELO, 2010, p.243). Somente quando a escola e seus sujeitos mudarem a concepção de ensino é que a avaliação poderá ter outro

encaminhamento, para além das notas e provas. Para esta mudança de ensino é importante à formação continuada do professor, pois a constante formação pedagógica do mesmo pode contribuir para sua reciclagem e com isto, mudar também a noção da avaliação escolar.

Contudo, pensar a avaliação no ensino de Geografia é contemplar vários recursos e o processo total da aprendizagem, precisa ser uma avaliação formativa e qualitativa que dialogue com os conhecimentos prévios dos alunos e com o novo conhecimento. É necessário utilizar nas avaliações geográficas a percepção e cognição dos alunos, pois estes são aspectos que fazem os alunos aprenderem o mundo e a realidade com um olhar geográfico, crítico e reflexivo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Na educação, a avaliação escolar é um assunto que requer uma constante discussão, pois o ensino está sempre em processo de mudança. E, neste processo, a avaliação também deve acompanhar os ritmos e tempos dos avanços da educação (concepções teóricas e práticas) e da percepção do desenvolvimento cognitivo de cada aluno.

É importante pensar a avaliação, não como um meio de classificar os alunos, estabelecendo apenas notas que irão permitir a aprovação ou reprovação. Mas pensar a avaliação como um mecanismo do ensino-aprendizagem uma forma do professor compreender o aprendizado do aluno e por meio dela gerar estratégias para ampliar o aproveitamento do aluno diante do que é ensinado na escola. A avaliação escolar deve ser como a apresentação de uma balança, onde de lado estão os aspectos positivos e do outro os negativos da aprendizagem, buscando-se atingir um equilíbrio entre as partes, e por meio de pesos e medidas, avaliar os alunos, mas também organizar o ensino e as práticas que favoreçam a qualidade do ensinar e aprender.

Como entende Hoffmann (1998), a avaliação deve ser mediadora da aprendizagem. A avaliação não serve apenas para avaliar os alunos, mas os mecanismos utilizados pelos professores e a condução do ensino. Para isto, a avaliação deve ser qualitativa e quantitativa, avaliando todos os momentos da aula e do aprendizado, ou seja, deve ser constante, permitindo assim que o aluno seja capaz de mostrar o seu verdadeiro conhecimento adquirido.

No âmbito da Geografia, as avaliações devem pautar-se na prática e na realidade dos alunos, associadas aos conteúdos e conceitos escolares. Para isto, é necessário estabelecer metodologias e atividades de criação e de análise da realidade. A avaliação dos alunos pela

criação de maquetes, trabalhos práticos, mapas e desenhos, estudos de campo, entre outros, tornam-se fundamentais para uma avaliação criativa e que permita o aproveitamento do potencial intelectual, criativo e cognitivo do aluno. Já que como ciência da análise da interação da sociedade e natureza, a Geografia não pode se fundamentar em provas e questionários de dados dispostos em livros didáticos, e nem criar alunos que decorem conceitos, abstando os alunos da realidade socioespacial. Assim, a intersecção entre os conceitos-chave: território, lugar, região, paisagem, espaço e dos conceitos secundários da Geografia – campo, cidade, natureza, sociedade, política, entre outros-, precisam articular-se com o cotidiano do aluno, para que o educando consiga construir conhecimentos, tornando-se um personagem crítico e cidadão.

Diante disso, a avaliação também precisa ser um momento de complementação do que foi aprendido, e revelando os potenciais dos alunos, porque uma avaliação classificatória não é capaz de criar um aluno crítico e dono do seu aprendizado, ou seja, aprendendo em seu tempo e de sua maneira. Claro, que a atribuição de notas é uma imposição do processo de ensino, porém o professor deve buscar elaborar e aplicar durante o processo de ensino inúmeros padrões avaliativos e dialogar com os resultados obtidos. Pois, com o erro também se aprende e se caminha para o conhecimento, basta este ser trabalhado por meio da interação professor-aluno, aluno-aluno e conteúdo.

Portanto, a mudança da avaliação, não deve ser uma prática pontual, mas uma ação de transformação do processo de ensino e da visão escolar. Somente quando o professor conseguir atender a todos os alunos, em seus limites e dificuldades é que a educação atingirá a sua função primordial: criar indivíduos preparados intelectualmente e socialmente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 158 p.

CASTROGIOVANNI, A.C. **Ensino da geografia: caminhos e encantos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DEMO, P. **Mitologias da avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar problemas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

DUARTE, C. E. L. Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola. **Holos**, ano 31, v. 8, p. 53-67, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em avaliação educacional**. São Paulo, n. 27, p. 97-114, jan./jun. 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 1ed. 2010.

KAERCHER, N. A. A geografia é o nosso dia-a-dia. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, Nº 21, p.7-192, Ago. 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez/Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação de professor).

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUZ NETO, D. R. S. Fundamentos teóricos para o desenvolvimento do raciocínio geográfico na educação básica. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v.2, n.2, p.1-17, maio/ago, 2019.

MACEDO, L. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANFIO, V.; SEVERO, M. D.; MEIER, M. A. Geografia e avaliação escolar: uma tarefa complexa no processo de ensino-aprendizagem. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, n. 2, 2014.

MONTEIRO, F. D. O processo de avaliação do desenvolvimento e do desempenho escolar como instrumento de análise e de acompanhamento, intervenção e reorientação da ação

pedagógica e dos avanços da aprendizagem dos alunos. In: **Apostila Concurso Magistério**. Santa Cruz do Sul-RS: Instituto Padre Reus, 2013.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de; et al (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência a regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artemed, 1999.

RABELO, E. H. **Avaliação**: novos tempos e novas práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RABELO, K. S. de P. A avaliação da aprendizagem no processo de ensino em geografia. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO, v.4, n.4, p. 222-249, dez. 2010.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RUA, J. [et.al.]. **Para ensinar geografia**. Rio de Janeiro: Access, 2005.

SANTOS, M. I. M.; LUZ, M. de N. F. M.; MACIEL, S. A. A avaliação no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de geografia na unidade escolar Osair Valente em Canto do Buriti, Piauí. Pesquisar - **Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**. Florianópolis, SC, v. 3, n. 4, maio 2016.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, V. O. da. **Objeto de aprendizagem**: uma contribuição para a alfabetização cartográfica na EJA. 2011. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SILVA, L. A. P. Currículo, avaliação e a geografia escolar. Revista Eletrônica: **Tempo - Técnica - Território**, v.5, n.2 (2014), p. 25-41.

SOUZA, C. L.; MUTERLLE, J. C. Ensino de geografia e avaliação: uma questão de critérios. In: CONGRESSOS NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2011.

SOARES, L. M. de S. Teatralizando o ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 57-81, jan./jun., 2013.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem-práticas de mudanças**: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2009.

ZABALA, A. **A prática educativa – como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAMBONE, G. O processo de avaliação nas aulas de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 2, n. 4, p. 129-149, jul./dez., 2012.